



XVIII Congresso Mundial de Epidemiologia
VII Congresso Brasileiro de Epidemiologia


EPIDEMIOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DA SAÚDE PARA TODOS: MÉTODOS PARA UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO

VIOLÊNCIA URBANA

Jairnilson Silva Paim


Prof. Titular do Instituto de Saúde Coletiva da
Universidade Federal da Bahia (ISC-UFBA).

Porto Alegre, 20 a 24 de setembro de 2008






Violências no Brasil

- Crescimento linear dos homicídios de 1979 a 2001: armas de fogo – de 43% para 69% (Soares, 2008:28-37)
 - Mais de 1.000.000 de brasileiros perderam a vida por violências na década passada (cerca de 120.000 óbitos anuais), quando os homicídios superaram as mortes por acidentes de trânsito.
 - Correspondiam a 9% das causas de mortes do grupo etário de 10 a 19 anos em 1980, alcançando 22,2% em 1990 e 31,5% em 2000.
 - As taxas para o grupo de 15 a 19 anos cresceram de 27,1 (1991) para 40,5/100.000 habitantes (2000).
- 




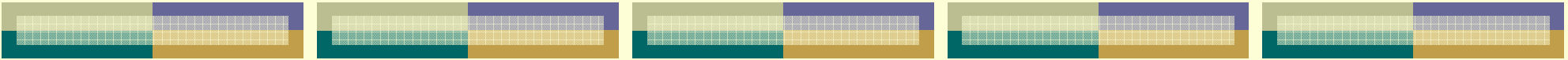
Situação atual

- A violência urbana se apresenta de forma dramática nas capitais e regiões metropolitanas, atingindo a população com piores condições de vida e de trabalho, jovens e negros.
 - Não obstante certa redução nas taxas de homicídios no Brasil (Souza, 2008:219) de 28,9 (2003) para 23,9 (2006) e particularmente em algumas capitais, constata-se certa “interiorização” da violência urbana, atingindo cidades de médio e pequeno porte (Waiselfisz, 2008).
- 




Produção científica brasileira

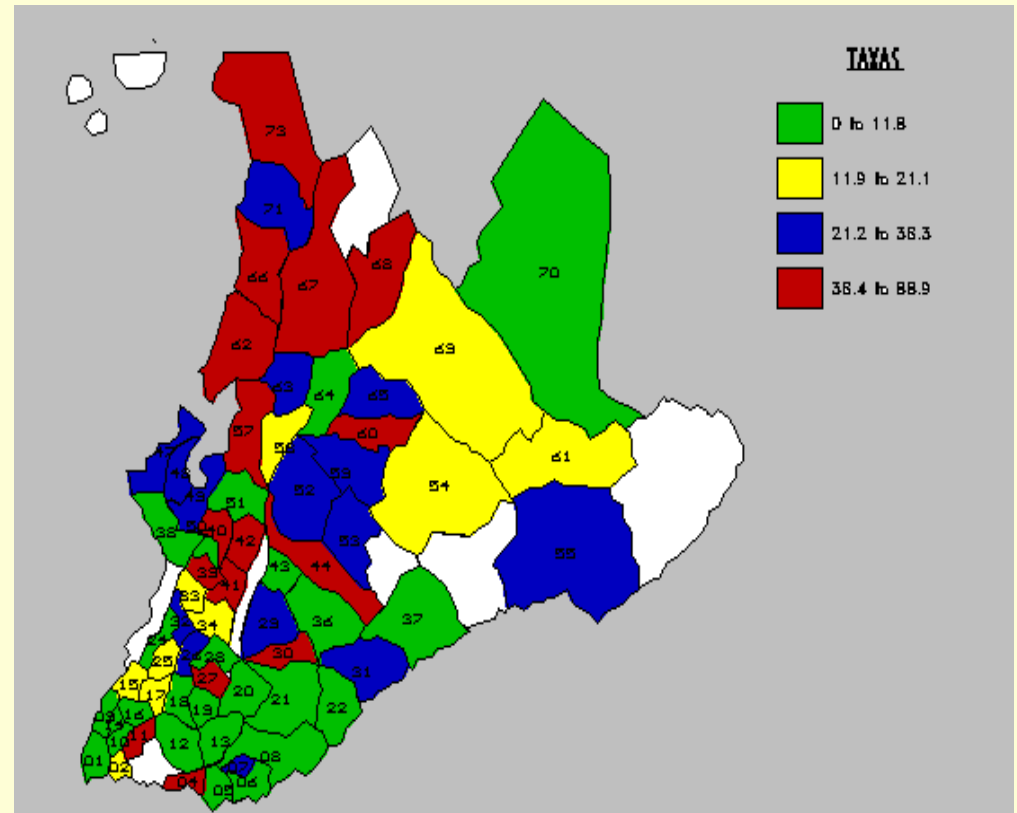
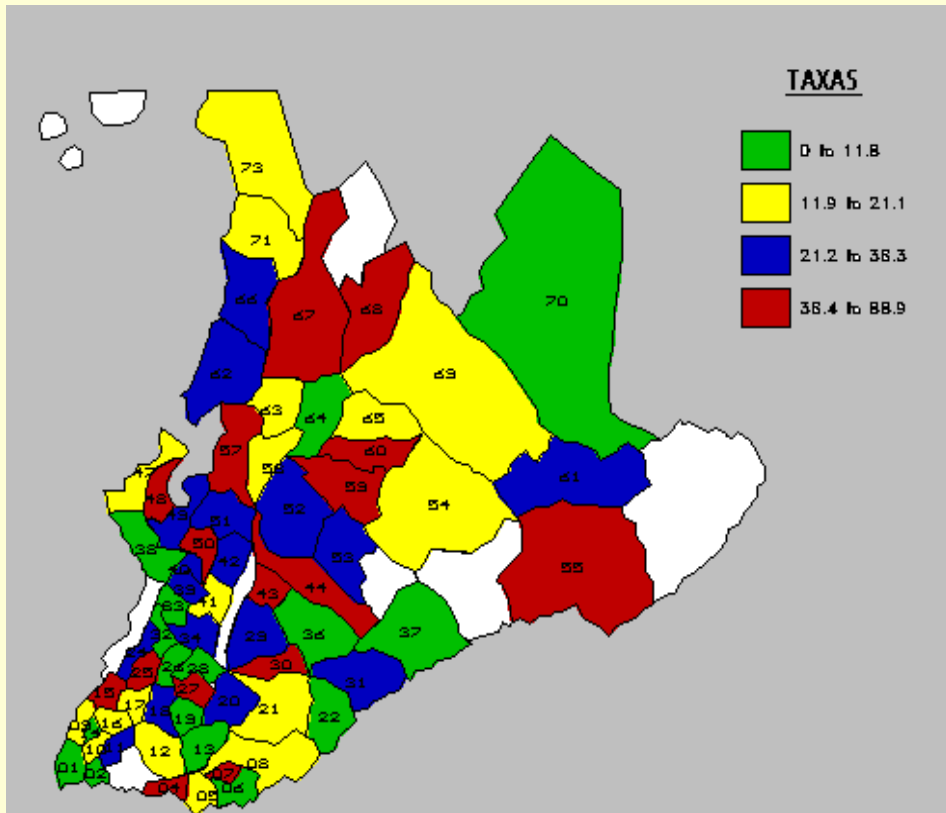
- Desde a década de oitenta desenvolvem-se distintas abordagens e teorias para a compreensão e explicação das violências.
 - Ultimamente, constata-se uma abrangência maior das pesquisas, diversificando os enfoques teórico-metodológicos, temas e propostas de intervenção.
 - A produção acadêmica de epidemiologistas, cientistas sociais, criminologistas e urbanistas revela diferentes perspectivas de explicação e diversos campos temáticos:
 - a) reflexão sobre violência e seus significados
 - b) representações sociais do crime, medo e violência
 - c) quantificação da vitimização
 - d) relações entre pobreza e violência
 - e) criminalidade como objeto de política pública.
- 



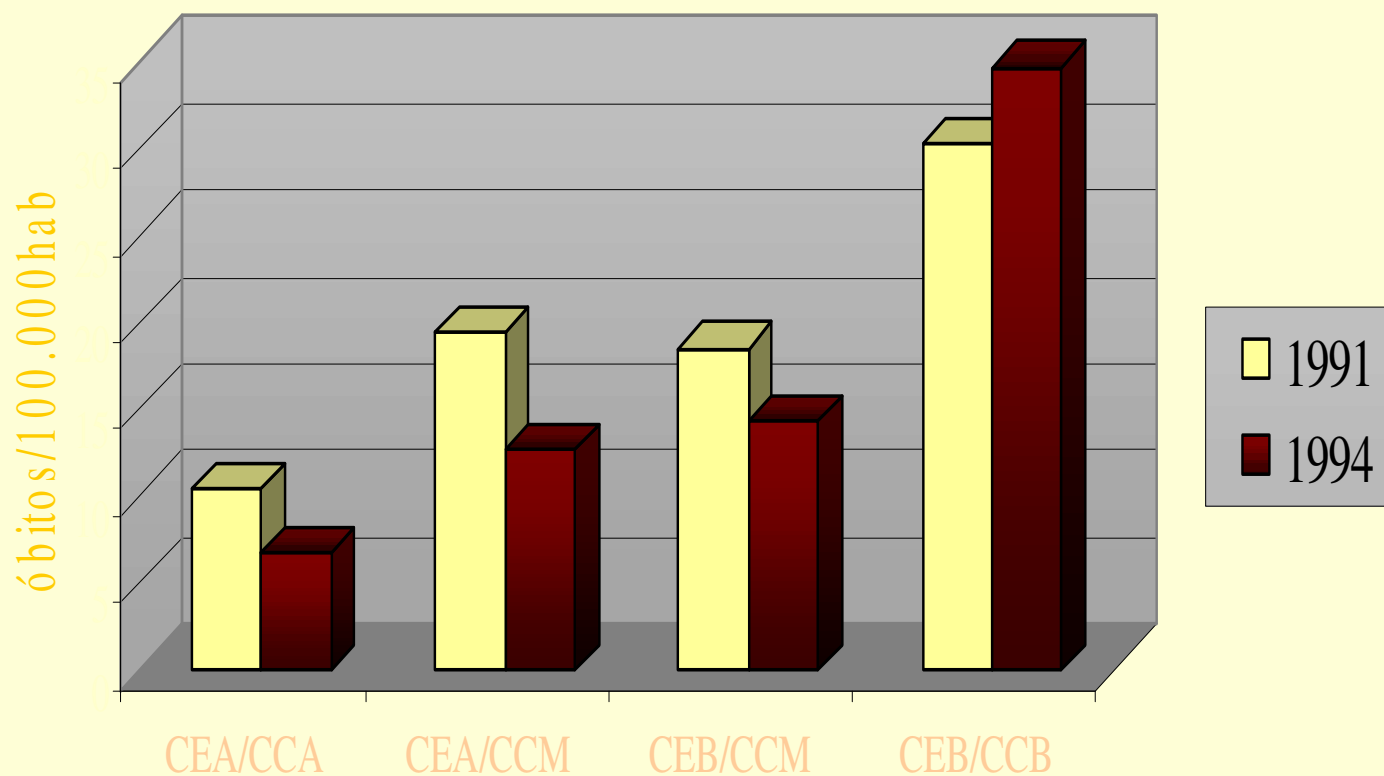
Iniquidades sociais e risco de morte por violências.

- Investigações realizadas no Brasil apontam as desigualdades sociais como um dos maiores responsáveis pela magnitude da violência urbana.
 - A partir do monitoramento dos diferenciais intra-urbanos das mortes violentas (1988, 1991, 1994, 1997 e 2000), constatam-se zonas em Salvador (BA) com coeficientes muito elevados em relação a outras localidades do Brasil.
 - No caso dos homicídios, especialmente as “intervenções legais”, parecem existir relações vinculadas à discriminação racial que precisa ser investigada e enfrentada de modo mais sistemático.
- 

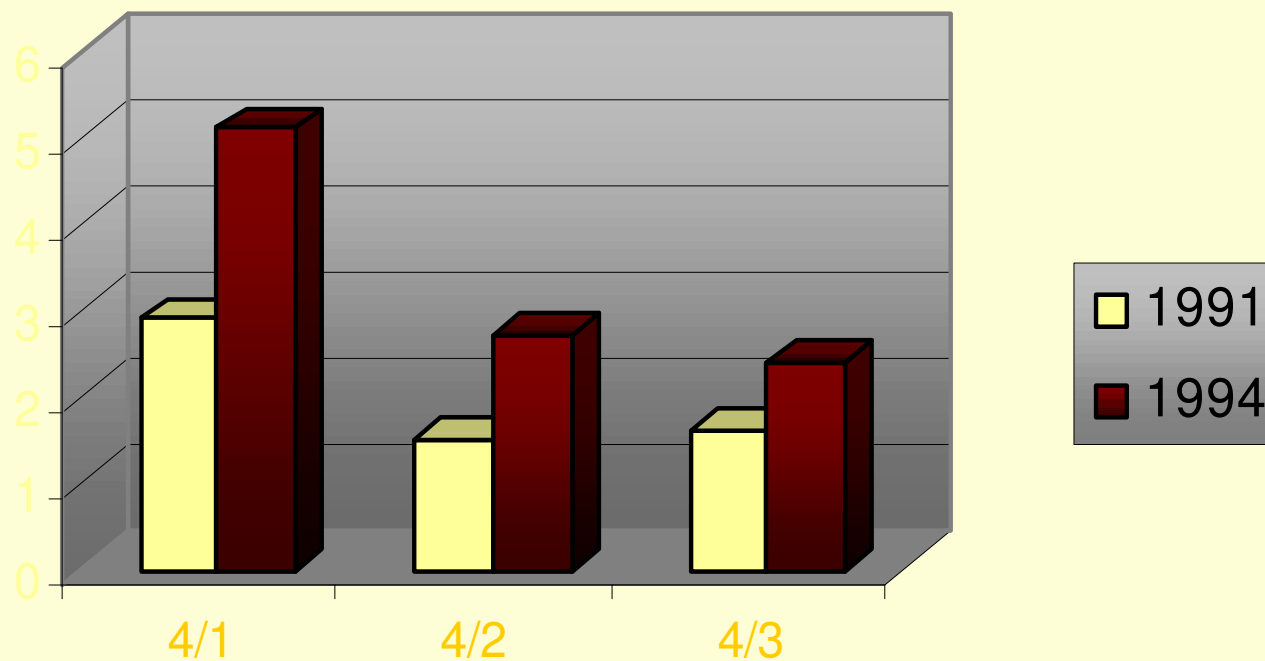
Distribuição espacial da taxa de mortalidade por homicídio / 100.000hab em quartil, para 1991, e em faixas, para 1994, segundo Zonas de Informação de Salvador.



Taxas de mortalidade por homicídios / 100.000hab segundo estratos de condições de vida. Salvador, 1991-1994.



Risco relativo de morte por homicídio entre os estratos de condições de vida. Salvador, 1991 e 1994



Taxa de mortalidade por “Intervenções Legais” segundo estratos sociais. Salvador, 1991-1994.

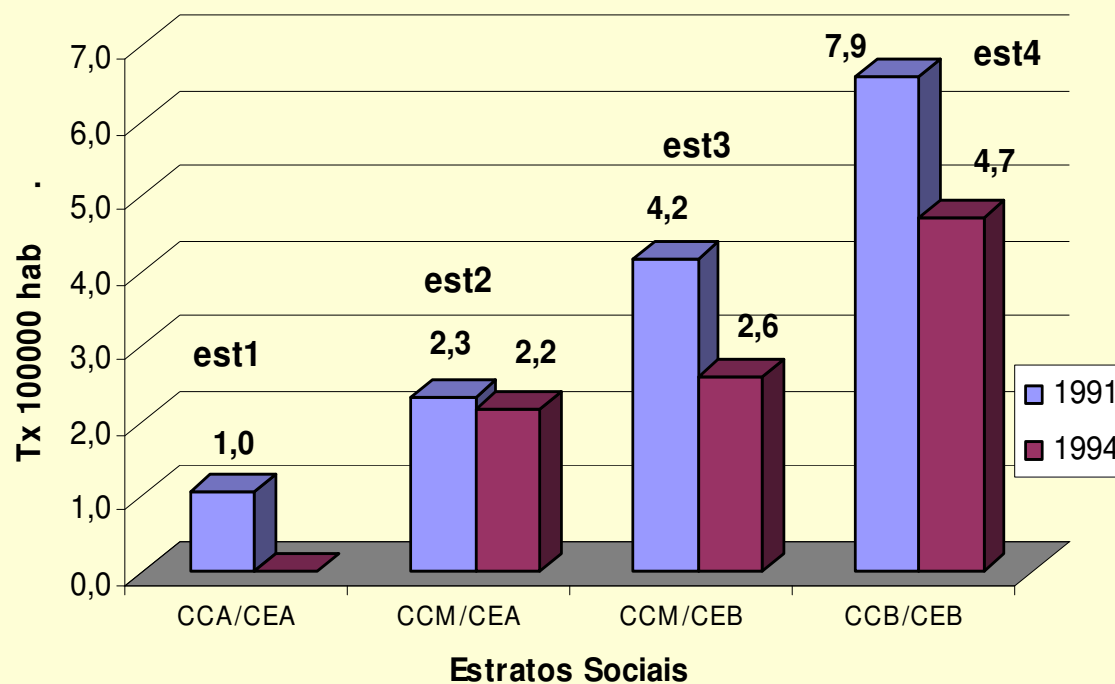
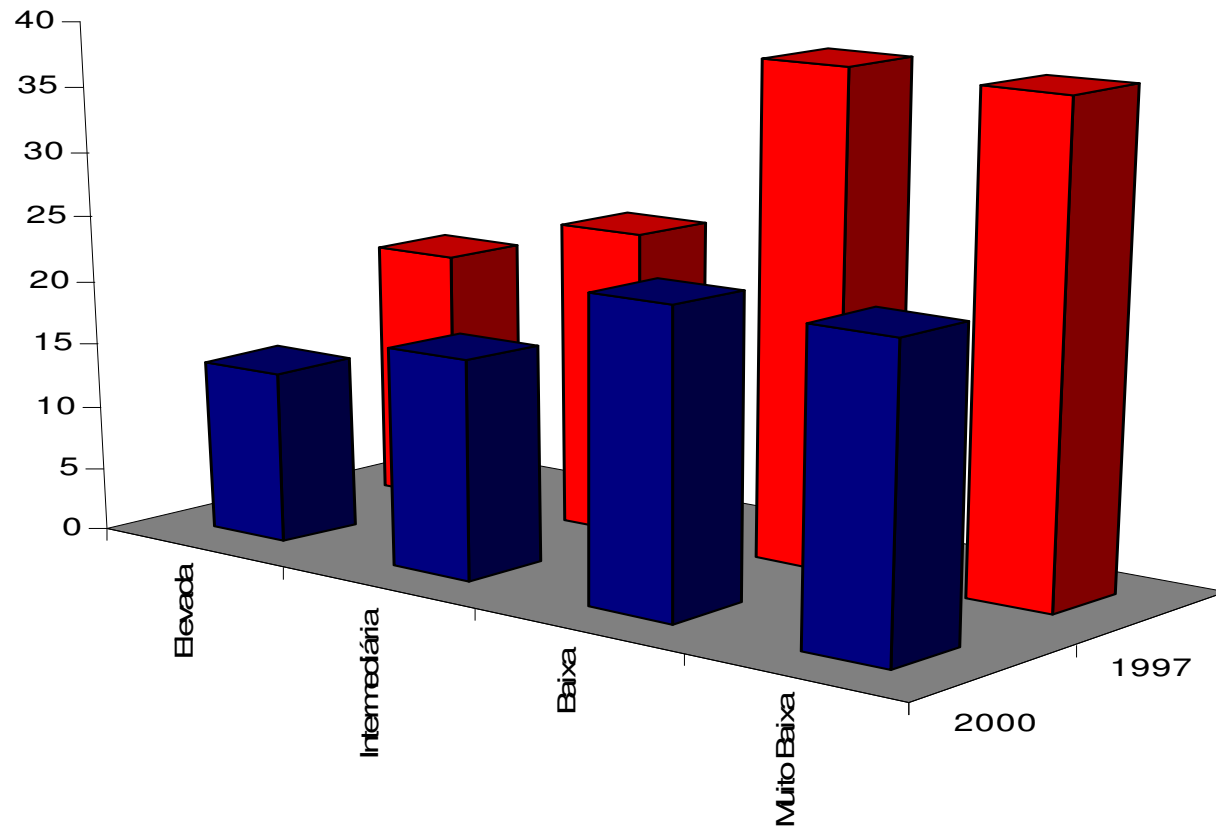
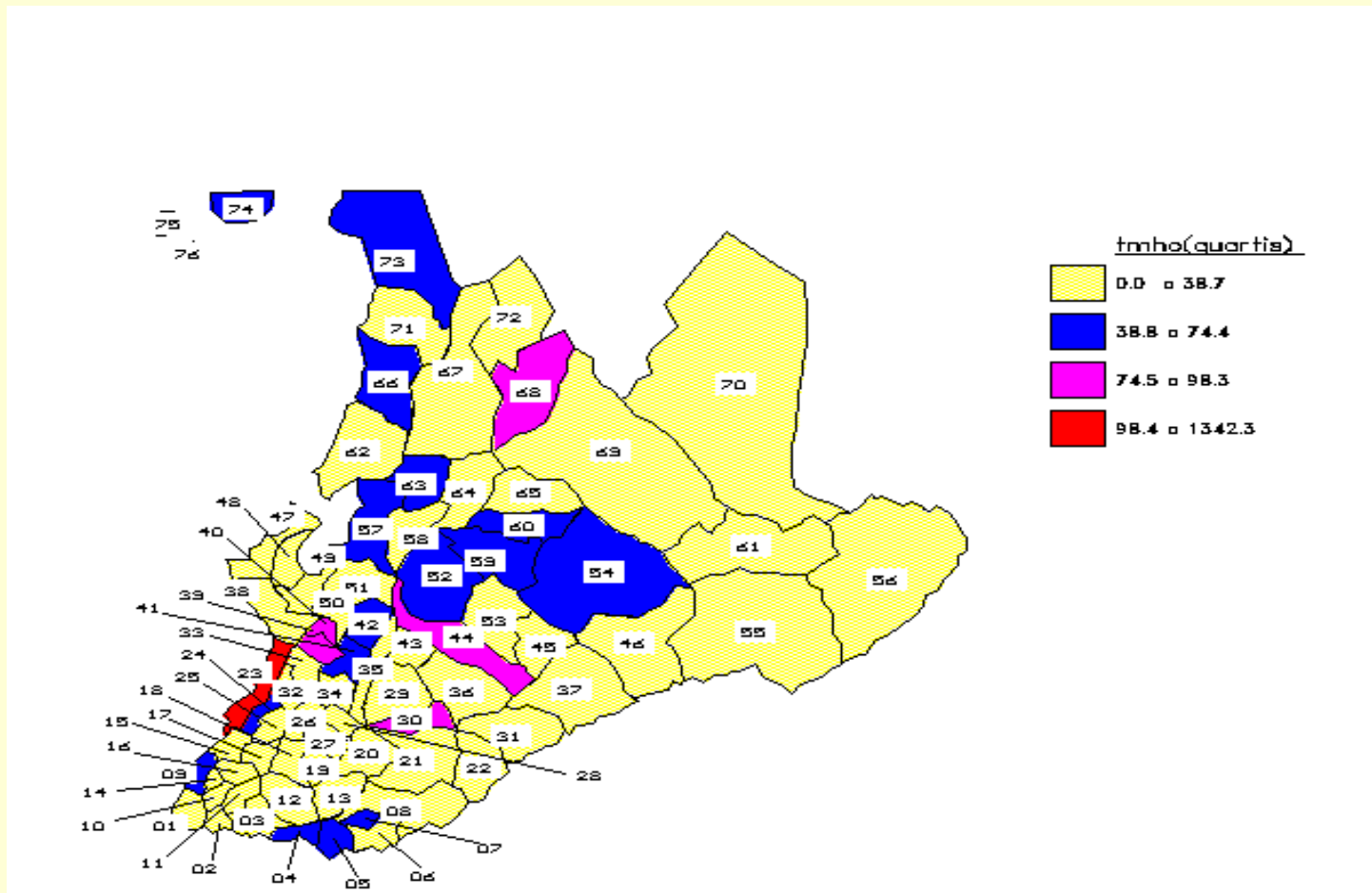


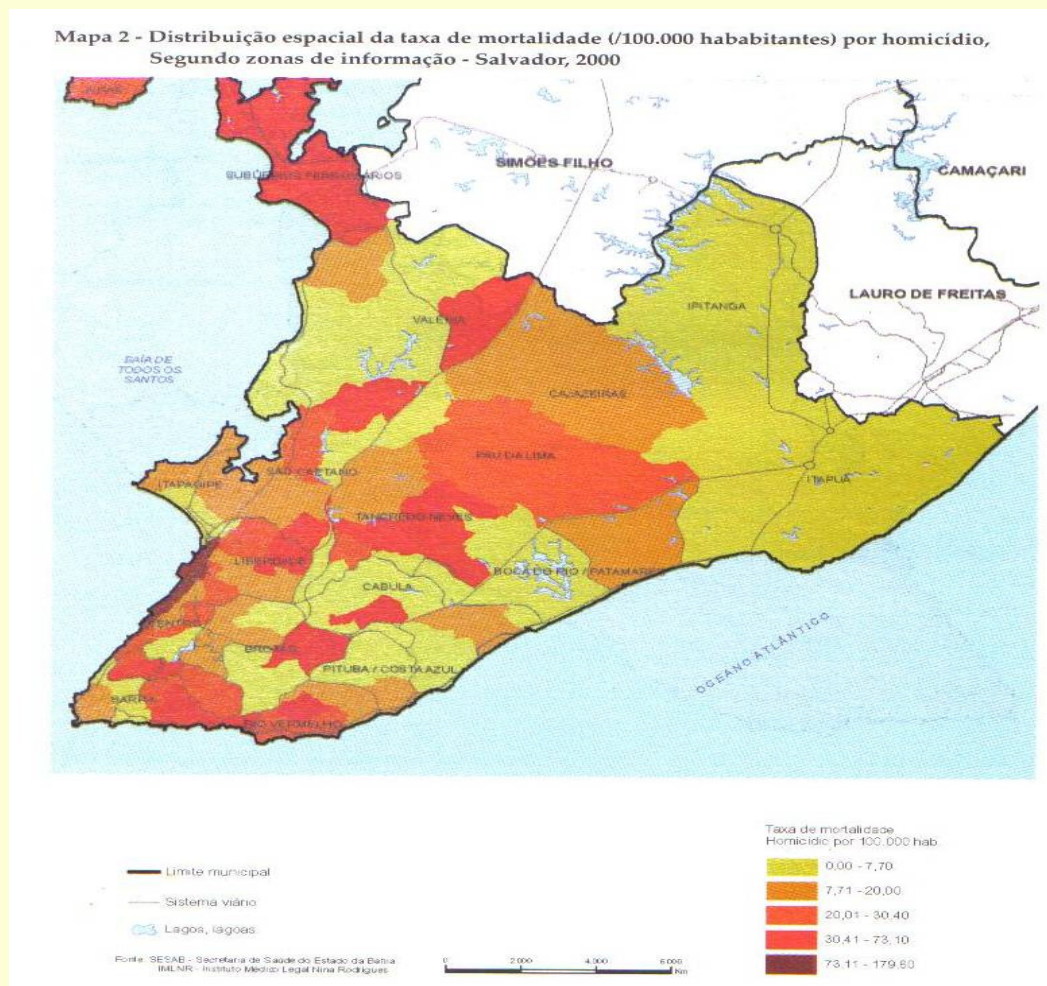
Gráfico 4 - Coeficiente de mortalidade por homicídios segundo estrato de Condições de Vida (ICV). Salvador, 1997 e 2000.



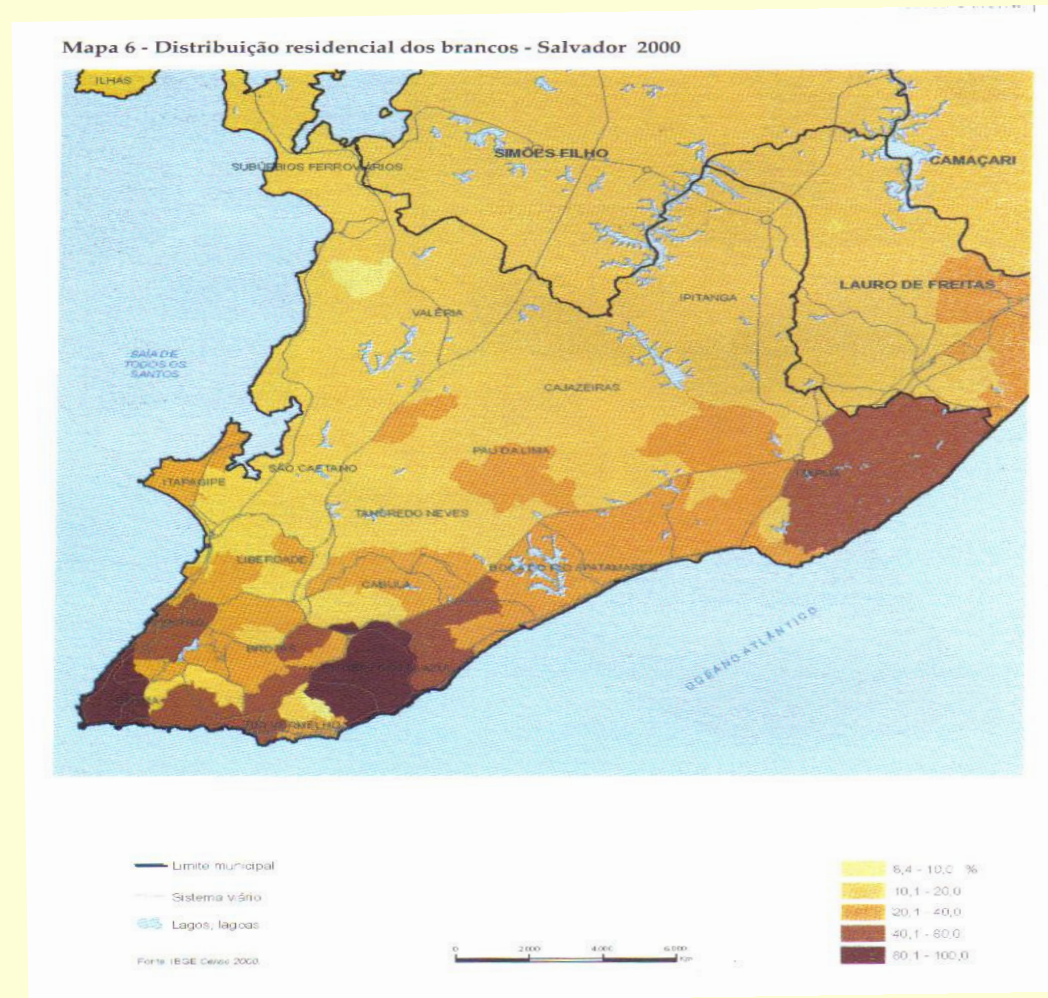
Distribuição espacial da taxa de mortalidade (/100000 habitantes) por homicídios, segundo zonas de informação. Salvador, 1997.



Distribuição espacial da taxa de mortalidade (/100.000 habitantes) por homicídio segundo zonas de informação – Salvador, 2000 (Paim, 2006)

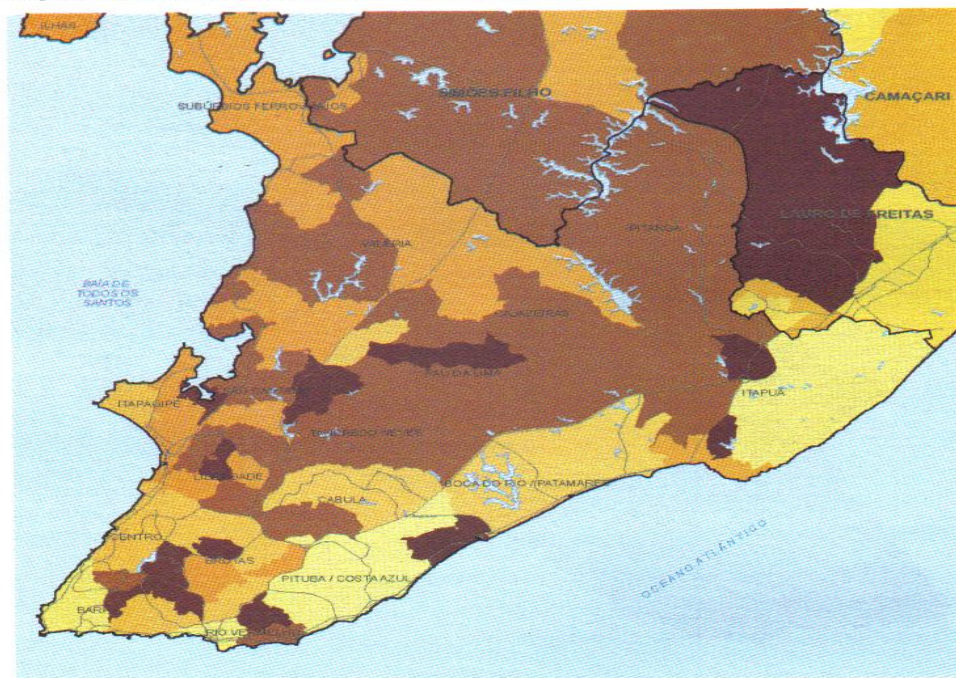


Distribuição residencial dos brancos – Salvador, 2000 (Carvalho & Pereira, 2006)



Distribuição residencial dos pretos – Salvador, 2000 (Carvalho & Pereira, 2006)

Mapa 8 - Distribuição residencial dos pretos - Salvador 2000



— Limite municipal

— Sistema viário

— Lagos, lagoas

Fonte: IBGE Censo 2000

0 2000 4000 6000 Km

4,5 - 10 %

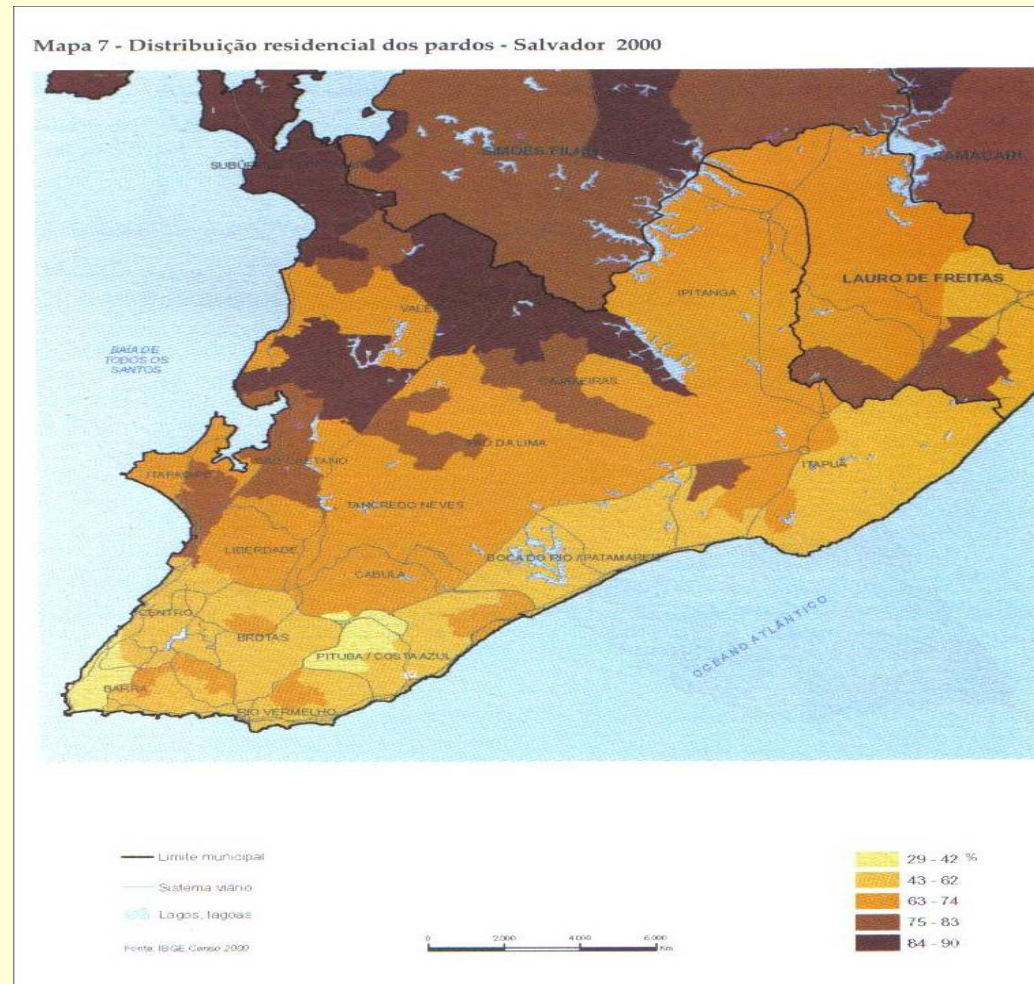
10 - 15

15 - 20

20 - 25

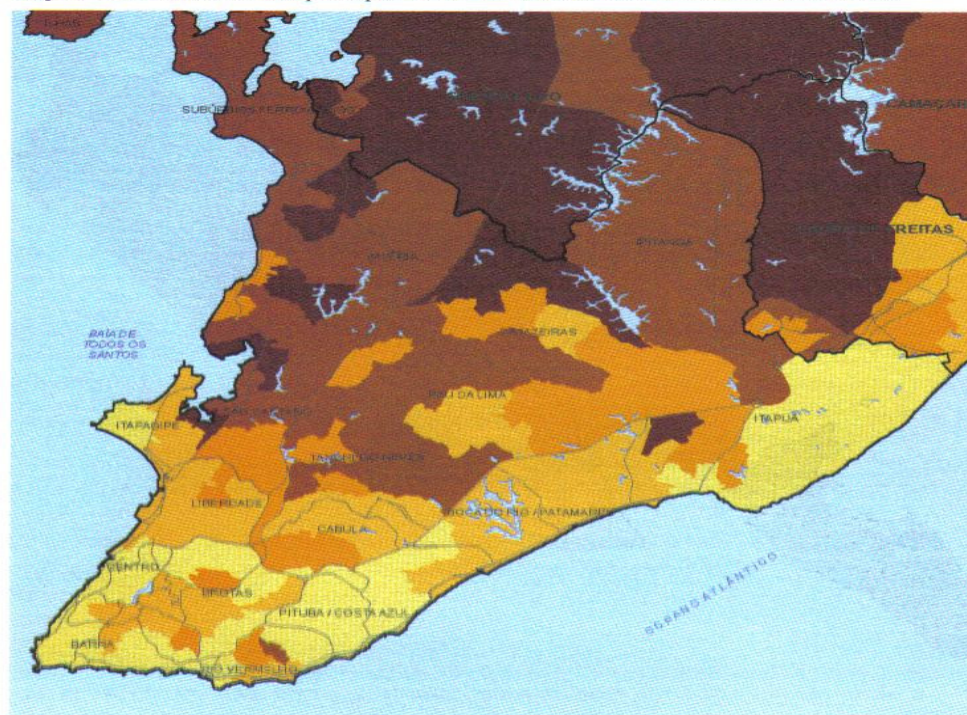
25 - 30

Distribuição residencial dos pardos – Salvador, 2000 (Carvalho & Pereira, 2006)

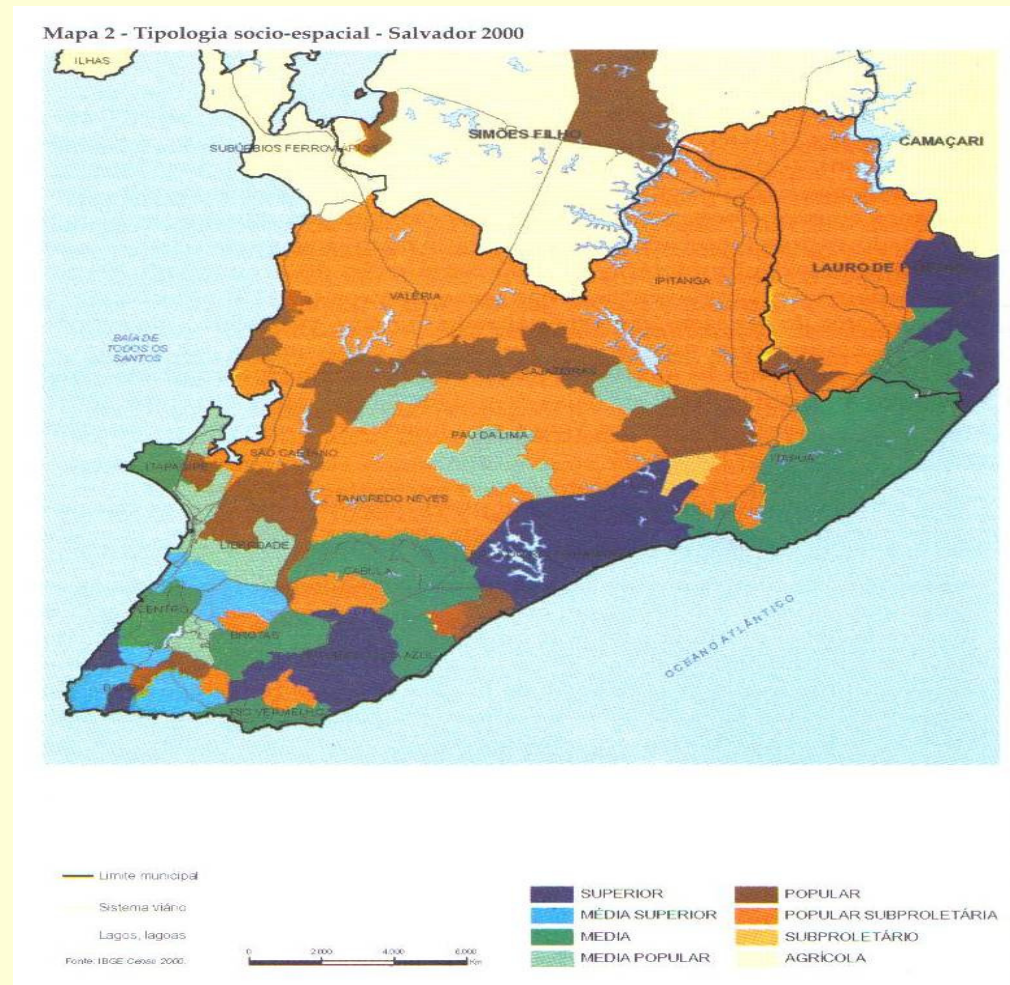


Famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo – Salvador – 2000 (Carvalho & Codes, 2006)

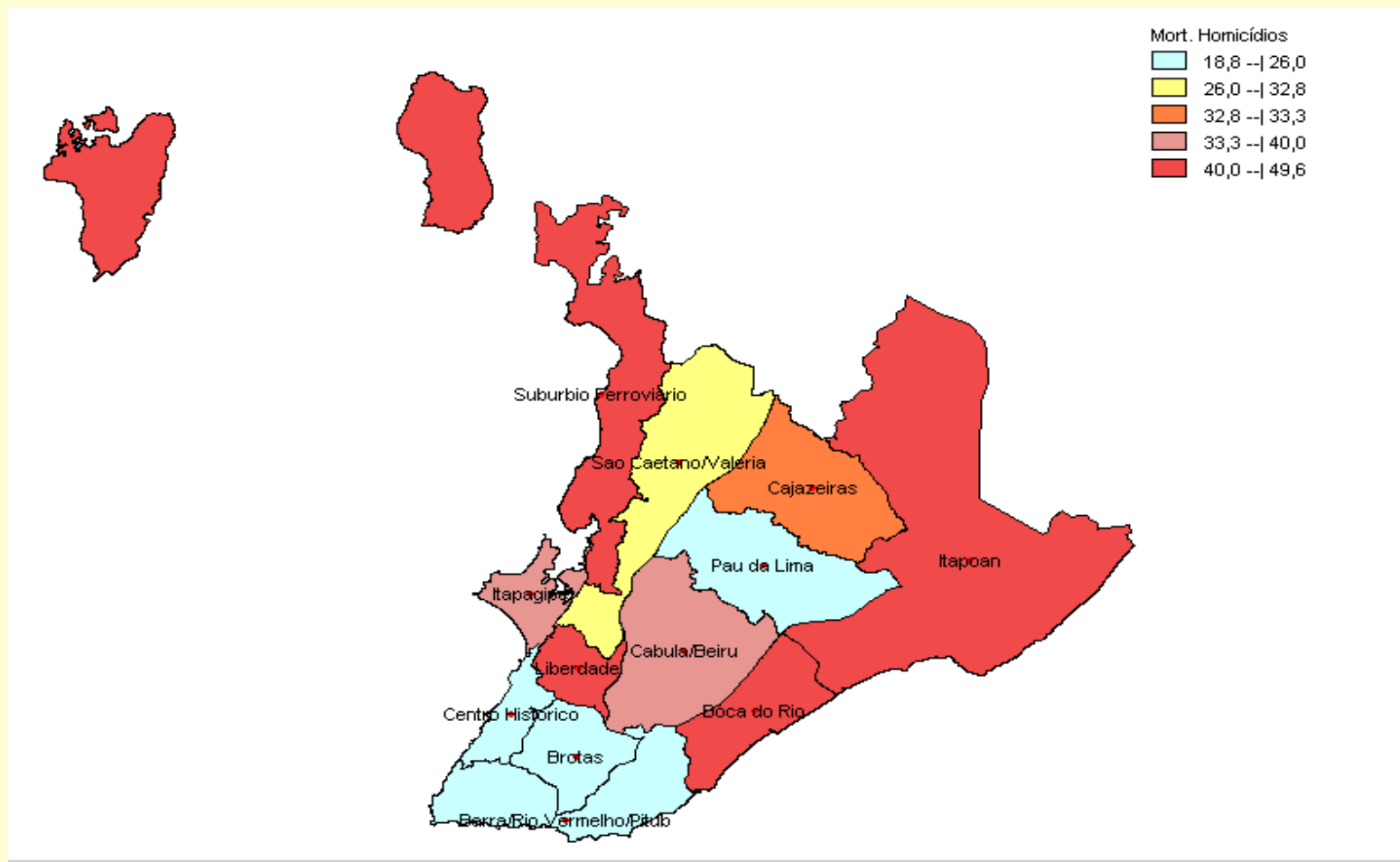
Mapa 7 - Famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo - Salvador - 2000



Tipologia sócio-espacial, Salvador, 2000 (Carvalho & Pereira, 2006)




Coeficiente de mortalidade por Homicídio (100.000hab) por distrito sanitário de residência. Salvador, 2005






Violências letais e desigualdades sociais

- As relações entre desigualdades nas condições de vida e homicídios não devem ser compreendidas de forma linear e unívoca, já que outras variáveis e mediações precisam ser consideradas, embora nem sempre quantificáveis.
 - Os estudos realizados não indicam que a pobreza, em si, gere violência, mas as evidências produzidas apontam as desigualdades sociais como matriz explicativa dos diferenciais intra-urbanos das taxas de homicídios.
 - Pode-se concluir que as populações residentes nas áreas de piores condições de vida das cidades têm maiores riscos e são as maiores vítimas das violências letais.
- 




Violências letais e desigualdades raciais

- A população negra (pretos e pardos), 3 vezes maior que a população branca, teve 30 vezes mais APVP
 - A população de pretos, 11,4% menor que a população branca, perdeu mais que o dobro (2,6 vezes) do número de anos potenciais de vida
 - Maior perda de anos potenciais de vida, maior número médio de anos não vividos e mortes em idades mais precoces por homicídios, acidentes de trânsito e demais causas externas;
 - Evidências de graus de desigualdade social e racial nas mortes violentas em Salvador (Araújo, 2007)
- 




Mais evidências

- Áreas com maior proporção de população masculina negra (15–49 anos) apresentaram maiores riscos de morte por todas as causas externas e por homicídio.
 - Áreas com maior proporção de negros observam-se indicadores sócio-econômicos desfavoráveis.
 - Essas duas condições, em conjunto, contribuem para as diferenças raciais entre grupos no que se refere à educação, emprego, renda, saúde, oportunidades de ascensão, assim como a vitimização por crimes, principalmente, por homicídio e uso de drogas (Araújo, 2007)
- 



Mais evidências


- Altas taxas de mortalidade por todas as causas e por homicídio estavam concentradas, predominantemente, na região do “miolo” da cidade para o Oeste em direção ao Norte, onde reside grande parte de população negra e pobre.
 - Algumas áreas de baixas taxas de mortalidade por causas externas (Curuzu), com grande concentração de população negra e pobreza, também, eram cercadas por áreas de altas taxas de mortes por estas causas.
 - Áreas com maior proporção de população negra apresentam maior risco de morte por causas externas representando uma das expressões das desigualdades sociais que levam a sobremortalidade desta população (Araújo, 2007).
- 

Outras conseqüências

- Estudo etnográfico realizado em uma dessas áreas indicou extermínio de supostos “delinqüentes”, onde se constataram pouca organização comunitária, número reduzido de programas sociais, ausência do poder público e tráfico de drogas.
- Apesar dos movimentos sociais, entidades e ONGs, ainda são insuficientes as medidas de prevenção e controle desse agravo através dos diversos setores e órgãos governamentais.
- Para além das vidas humanas perdidas, seqüelas, traumas, sofrimentos, ansiedades e medos, cujos valores são incomensuráveis, só no setor saúde a violência representa um custo anual de 3,8 bilhões de reais (IPEA, 2007)



Enquanto isso...

- No que pese a relevância desses estudos para o diagnóstico, explicação e compreensão do fenômeno, escassas são as medidas para a prevenção e controle pelos governos mediante políticas, planos, programas e projetos.
 - Poucas são as iniciativas que analisam políticas públicas, tomando as violências como objeto de intervenção.
 - Propostas institucionalistas, culturalistas e redistributivistas.
- 

Que fazer?

- Medidas de controle sobre armas de fogo, estratégias intersetoriais de prevenção e controle, promoção da saúde e qualidade de vida e redução das desigualdades: Militarização ou *Reforma Urbana*? (Souza, 2008)
- Políticas públicas nos campos da cultura, reforma e gestão urbana, moradia, saúde, geração de emprego e renda, saneamento ambiental, educação, segurança pública e justiça (Carta de Brasília, IV Conferência das Cidades, Câmara dos Deputados, 2003).
- Resultados positivos:

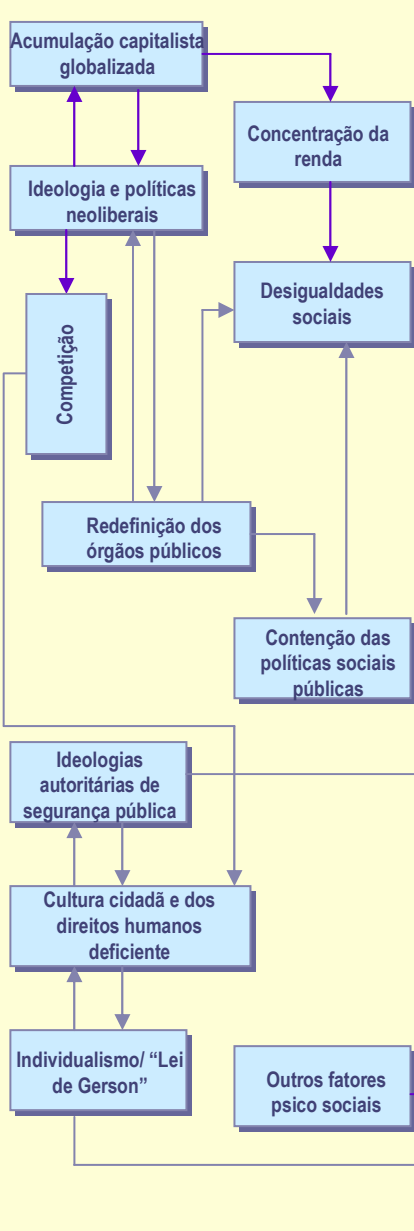
Medellin (90%) em 15 anos: 5.284 (1994) para 1.517 (2004)

Bogotá (79%), em 15 anos: 3.664 (1994) para 1.571 (2004) (Dimenstein, 2006; Soares, 2008:163)

São Paulo (51%) em 5 anos: 15.581 (2000) para 7.274 (2006) (Dimenstein, 2006; Ministério da Saúde apud Souza, 2008:218).

FENOESTRUTURAS

Genoestruturas



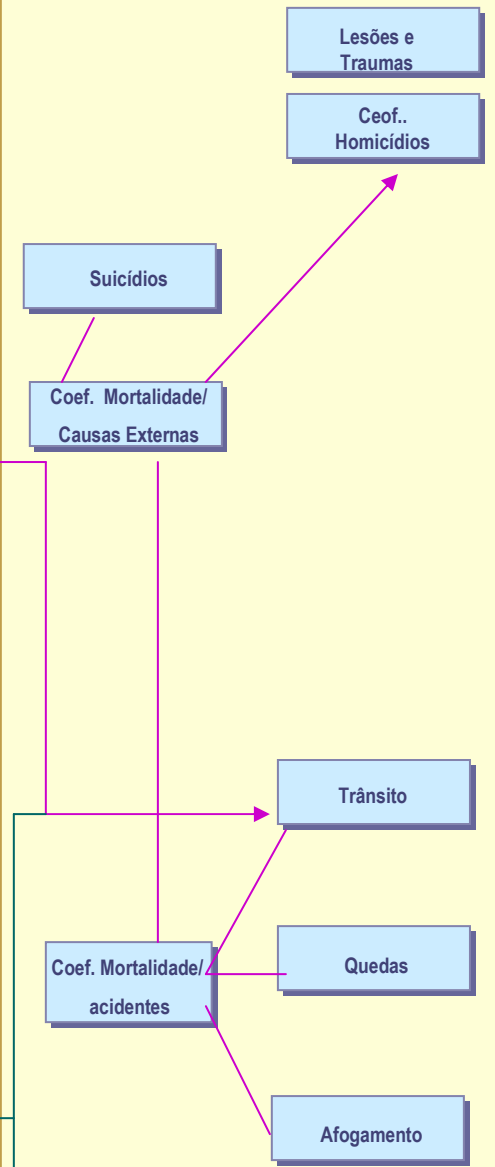
Acumulações



Fluxo de Fatos



VDP




Plano Intersectorial e Modular de Ação: alguns resultados

- O plano era discutido em cada reunião do COIN e a partir daí seriam feitos os encaminhamentos. O representante no COIN de cada órgão ao qual tivesse afeita aquela discussão deveria levar para o seu órgão a demanda que estava sendo decidida para encaminhar a solução. Mas o que acontece é que nem todos os representantes, no COIN, eram pessoas encaminhadas ou escolhidas pelos secretários com o peso e a devida importância de estar participando daquele fórum (Entrevistado 1)*
- [...] as pessoas que eram representantes no COIN não tinham voz ativa nem representativa perante seus secretários. Então se elas saiam com uma decisão desse COIN, elas não eram ouvidas pelas suas secretarias (Entrevistado 2)*
- [...] então foi muito difícil encontrar adeptos nas secretarias [...] os secretários tinham uma burocracia muito grande para chegar até eles e eles precisavam autorizar que os seus representantes no COIN participassem e tivessem uma certa autonomia de decisão [...]
(Entrevistado 3).*




Plano Intersectorial e Modular de Ação: discussão

- Embora os entrevistados acentuassem o compromisso e a "vontade política" do Prefeito para que o Plano se efetivasse como política pública, não foi estabelecida uma rubrica de orçamento, nem mobilizados recursos de poder para vencer a inércia institucional e as resistências políticas e burocráticas.
 - Mesmo que o tema da violência tenha sido problematizado na sociedade brasileira e alcançado a agenda, ainda não se constituía uma demanda política diante do poder municipal.
 - Mesmo que o Prefeito demonstrasse sensibilidade para o problema, não se dispôs a gastar capital político diante de auxiliares que não cooperavam, indicados por composições político-partidárias.
 - Sua expectativa reiterada em vários depoimentos de entrevistados era a captação de recursos externos e a possibilidade desta política pública tornar-se um *case* com acúmulos simbólicos para a gestão.
- 




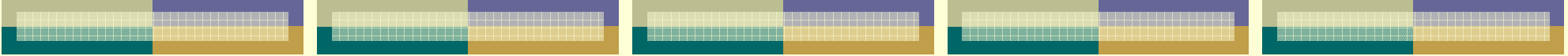
Plano Intersectorial e Modular de Ação: discussão

- A agregação de distintos atores e setores numa estrutura organizacional não é suficiente para incentivar a cooperação entre indivíduos para a ação coletiva.
 - Os mecanismos de sensibilização utilizados não asseguraram a mobilização suficiente de atores.
 - Fatores que incentivam e constroem a cooperação para uma ação coletiva na perspectiva do bem comum.
 - Elementos internos e externos que podem potencializar ou impedir esforços para traçar, criativa e construtivamente, soluções para problemas comuns, minimizando os problemas inerentes à ação coletiva.
 - *Intersectorialidade*: a análise do poder nas organizações requer elementos que ultrapassem a questão da cooperação entre indivíduos numa determinada arena de ação (Paim, Costa & Vilasbôas, 2008)
- 




Comentários finais

- Violências urbanas são passíveis de prevenção, previsão e controle, daí a pertinência de propostas de intervenção, de análises de implantação e de avaliação de políticas, programas e projetos.
 - Estudos de intervenções mal-sucedidas são, também, relevantes para a produção de conhecimentos.
 - Desvendar processos de formulação, implantação inicial e implementação de políticas públicas de controle de violências pode contribuir para a aprendizagem institucional e política de atores interessados e, eventualmente, ajudar a contornar obstáculos.
- 



*Bons governos salvam vidas e maus governos matam gente. (...) **Todas** as ações e omissões dos governos em relação ao crime e à violência devem ser entendidas como **opções políticas** (...) não importando as razões – desconhecimento, dúvidas quanto a eficácia, medo de inovar ou contrariar interesses (...). A inação, em qualquer forma, inclusive como continuísmo, é tão política quanto as ações, boas ou más* (Soares, 2008:177).



População carcerária no Brasil, 1969-2006

(Adorno & Salla, 2007, apud Souza, 2008:156)

Anos	Números	Taxas /100.000 hab.
1969	28.538	30,0
1988	88.041	65,2
2000	211.953	134,9
2006	401.236	214,8

ORGANOGRAMA

